



ERNEST GELLNER

LANGUAGE AND SOLITUDE: WITTGENSTEIN, MALINOWSKI AND THE HABSBURG DILEMMA
Cambridge, Cambridge University Press, 1998.

Ernest Gellner (1925-1995) é um dos pensadores mais emblemáticos do século XX. O seu percurso biográfico e intelectual encontra-se suficientemente pautado por alguns dos temas mais prementes do século para que o afirme sem as reservas habituais que este tipo de proposições sempre sugerem. Esses temas vão do compromisso ao cosmopolitismo, da nostalgia por uma comunidade de pertença ao exílio, das raízes à sua irreparável perda.

Gellner é um produto do cruzamento de fronteiras geográficas e culturais (nasceu em Paris, cresceu em Praga, estudou e produziu boa parte do seu trabalho enquanto filósofo e antropólogo em Inglaterra, morreu em Praga) e, apesar das suas influências anglo-saxónicas (era um magnífico e ácido estilista da língua inglesa e um desasombrado adepto da tradição iluminista/empirista), revela implícita e explicitamente tratar-se de um herdeiro e sobrevivente da perturbação centro-europeia associada a figuras como Hofmannsthal, Musil, Bernhard, Wittgenstein, Malinowski. E é justamente sobre estes dois últimos autores o seu último e póstumo livro, *Language and Solitude: Wittgenstein, Malinowski and the Habsburg Dilemma*.

O argumento já surgira em alguns dos momentos mais significativos do trabalho de Gellner (ver, v.g., Gellner, *Reason and Culture, The Historic Role of Rationality and Rationalism*, Oxford, Blackwell, 1992), e em algumas entrevistas (ver, v.g., Davis, "An Interview With Ernest Gellner", *Current Anthropology*, 32 (1), 63-72, 1991). Dir-se-ia que, dilemática e tensionalmente, tudo parece gravitar entre individualismo e holismo. *Language and Solitude* é a sinopse do modo como esta tensão se encontra subjacente às preocupações (e obsessões) de Wittgenstein e Malinowski em torno da linguagem e sua relação com o mundo. Dir-se-ia ainda que é o ambiente intelectual vienense na transição do século XIX para o século XX (e, no caso de Malinowski, importa salientar que Cracóvia era uma espécie de subúrbio de Viena) que vai marcar profundamente as propostas destes dois homens, no que elas têm de comum e no que elas têm de irredutivelmente diferente. Assim, a polaridade que estruturava a atmosfera intelectual de Viena e do império dos Habsburgo (a Kakania

de Musil) entre a última década do século XIX e a primeira do século XX era, segundo Gellner, aquela que radicava em duas teorias do conhecimento. Uma era eminentemente universalista e individualista (na qual se situam flagrantemente Popper e Hayek) e afirmava o inegociável papel do indivíduo na busca da verdade. Tratar-se-ia de uma filosofia cartesiana em que se assume que a sede do conhecimento está no indivíduo que, numa espécie de sujeição a um "exílio cósmico" (a usar a expressão de Quine que Gellner reitera), se separa de todo e qualquer compromisso com a comunidade de modo a poder aceder à verdade (para Descartes o "costume" – aquilo a que chamamos de cultura – e a razão são antitéticas). Outra teria uma tonalidade herderiana e hegeliana indisfarçável que terá sido adoptada pelas minorias étnicas e que se encontra na base dos nacionalismos centro-europeus: o conhecimento releva de um jogo colectivo, um jogo de incontornáveis compromissos em que o indivíduo, na sua suposta irredutibilidade cartesiana, não tem lugar. Aliás, para este segundo paradigma, o indivíduo não existe senão enquanto um membro de uma comunidade, um eco de um conjunto de premissas colectiva e consensualmente reveladas, um índice de uma mundividência, a voz do *Zeitgeist*. Estas duas teorias seriam politicamente significativas, pelo que o centro do império – a cosmopolita e sofisticada Viena – protagonizaria a primeira (universalista e individualista), e os nacionalistas locais seriam o veículo da segunda (a teoria herderiana e holista).

A tese de Gellner é que Wittgenstein (nas suas duas teorias da linguagem e do conhecimento) só pode ser apreciado à luz desta sociologia histórica do conhecimento. Ele teria na sua juventude optado pela teoria universalista e individualista, o que culminaria no *Tractatus* (1921) – em que a cultura é espúria a todo o conhecimento verdadeiro. Nesse "poema da solidão" que é o *Tractatus*, Wittgenstein celebra dramaticamente o exílio cósmico de um ego transcendental que, na sua busca da verdade, rompe com as raízes que o prendem a qualquer comunidade de sentido, dando-nos uma descrição de como o mundo é e de como a linguagem pode *espelhar* o mundo. O que importaria seria tão-só mostrar, através do rigor frio da lógica matemática, a forma desse mundo e nada mais. Tudo o resto, e apesar das exorbitantes pretensões místicas reveladas no fim do *Tractatus*,



seria apenas silêncio e autocomprazimento no silêncio. Num segundo momento (que culminará com a publicação póstuma de *Investigações Filosóficas* [1953]), Wittgenstein rompe radicalmente com este modelo de conhecimento, colocando-se no pólo oposto, e reivindicando uma teoria holista e romântica do conhecimento e da linguagem, em que nada se pode conhecer fora das comunidades de pertença, das raízes, dos “jogos de linguagem” específicos a cada cultura. Da entronização de um monarca ao cálculo diferencial nada existe fora das “formas de vida” que são as culturas. Ou seja, no *Tractatus* temos um mundo sem cultura, e nas *Investigações* um mundo onde não há mais nada para além da cultura. No jovem Wittgenstein deparamo-nos com o argumento da *Gesellschaft* transposto para uma teoria do conhecimento, e no Wittgenstein tardio, o argumento da *Gemeinschaft* para uma teoria do conhecimento nos antípodas da primeira. Para Gellner, Wittgenstein faz isto apesar de se ter mantido, ao longo de toda a sua existência de filósofo, cego a quaisquer circunstâncias ou determinações históricas do conhecimento e sem revelar grande interesse em questões sociais e políticas.

A hostilidade de Gellner para com Wittgenstein (cultivada ao longo de toda a sua carreira, como se se tratasse de um parricídio longamente premeditado e cometido finalmente com a escrita do testemunho e testamento que é *Language and Solitude*), só tem paralelo na simpatia que demonstra por Malinowski.

Para Gellner, se Malinowski não resolveu o dilema de Habsburgo – que inequivocamente contamina o seu pensamento e a sua escrita –, parece porém enquadrá-lo, sábia e equilibradamente, no seu entendimento da cognição e da linguagem. Assim, Malinowski, por contraste com Wittgenstein, não considera as duas teorias do conhecimento como mutuamente exclusivas. Ele retém o empirismo dos universalistas, usando-o para derrubar de uma vez por todas a história especulativa e evolucionista do seu tempo, e dos românticos recebe a intuição de que aquilo a que chamamos cultura é uma entidade dotada de uma unidade cujas partes só podem ser compreendidas nas suas interconexões recíprocas. Malinowski parecia compreender muito bem que os homens viviam em comunidades de pertença, e que estas comunidades, as ideias por si delimitadas, e os sentidos inscritos nos usos quotidianos das linguagens, só poderiam ser acedidos através de um

ponto de vista interno. Estamos perante a “velha sabedoria da tradição romântica” (p. 187). Mas Malinowski parecia compreender também que quando se trata de “cognição séria”, é a distância e não o compromisso que importa. Se queremos saber, e saber com verdade, não podemos regressar às raízes, temos de nos afastar delas. É esta a posição que Gellner defende heroicamente ao longo do seu ensaio (e que aliás defendeu ao longo de toda a sua vida): a ideia de que “as culturas não são terminais”, e que a “possibilidade de transcendência dos limites culturais é um facto; o mais importante facto da vida humana” (p. 187).

Assim, ao arrepio das correntes pós-geertzianas (de cariz marcadamente romântico), Gellner reafirma a relevância deste olhar distanciado como “ética da cognição” que, quer queiramos quer não, se mostrou universalmente decisiva (p. 183), e que “merece uma espécie de autoridade normativa” (p. 190). Seja como for, Gellner debate-se ao longo do seu texto com o reconhecimento de que se trata, antes do mais, de uma “preferência” por um estilo de pensamento, por um “*ethos* social”, por uma “tradição” (p. 184) que, apesar da sua eficácia cognitiva, não encontra nenhum fundamento último em que se sustente. E se se trata de uma “preferência” é também uma questão de valor, logo uma questão de cultura. E, neste sentido, o círculo fecha-se, já que a preferência de Gellner nos lança inapelavelmente na tese de que só existem linguagens culturalmente modeladas, comunidades de sentido, “formas de vida”. Se a Razão é uma forma de vida (como ele aliás diz em *Reason and Culture*) sem a qual não há ciência, então, num tempo em que a Razão nos surge como a Ítaca (para sempre?) perdida, Gellner vem derradeiramente afirmar-se como o mais romântico dos seus partidários.

Luis Quintais

Departamento de Antropologia da Universidade de Coimbra

THOMAS HYLLAND ERIKSEN
COMMON DENOMINATORS: ETHNICITY,
NATION-BUILDING AND COMPROMISE IN
MAURITIUS
Oxford, Berg Publishers, 1998.

Podem as sociedades multiétnicas ser estáveis e constituir representações colectivas com significado? Serão elas necessariamente multiculturais, ou é a palavra multicultural em si uma



contradição em termos? Até que ponto os processos de modernização levam a uma obliteração das fronteiras étnicas, e de que modo são essas mesmas fronteiras reforçadas pela mudança social? É possível evitar a discriminação contra as minorias em sociedades multiétnicas? Como pode o conflito étnico evitar-se? O que quer dizer “Nós”?

Estas são algumas das questões a que T. H. Eriksen tenta responder com base no trabalho efectuado nas Ilhas Maurícias ao longo das décadas de 1980 e 1990. As Maurícias são “uma espécie de ‘laboratório de diversidade’ no qual as pessoas se têm mantido autoconscientes de uma situação multiétnica desde há quase cem anos” (p. ix). O que distingue o trabalho de Eriksen de muitos outros sobre etnicidade e identidade é a ênfase colocada no equilíbrio e na relativa harmonia que caracterizam as Maurícias, assim como o facto de o autor acreditar numa etnicidade positiva.

Durante os últimos trinta anos o arquipélago tem sido capaz de acomodar uma significativa diversidade de grupos, tais como Franco-Maurícios, Hindus, Muçulmanos, Sino-Maurícios, Tamiis e “*gens de couleur*” (mulatos de diversos tipos) – a diferenciação étnica nas Maurícias é feita com base numa combinação de origem geográfica, cor de pele e religião. Qual é então o segredo para a interacção pacífica de tão diferentes grupos (por oposição ao que tem acontecido no Líbano, ex-Jugoslávia, Ruanda-Burundi, etc.)? Segundo Eriksen, o factor determinante da harmonia étnica nas Maurícias é a procura de um compromisso por parte dos diferentes actores sociais, um compromisso que ele define como o “máximo denominador comum” (cf. pp. 18 e 161). Os diferentes grupos étnicos procuram sempre uma forma de alcançar o nível máximo de comprometimento mútuo; em vez de acentuarem as suas diferenças eles procuram o entendimento mútuo baseado naquilo que possuem de comum.

Além do compromisso, uma atitude de evitamento ajuda também a limitar o conflito interétnico: “Políticas de compromisso alternam com outras de evitamento e ‘*melting pot*’ levando à constituição de identidades assentes em linhas não-étnicas...” (p. 14). Porém, devido à significativa transformação ocorrida na última década, a sociedade mauriciana está a mudar rapidamente para um sistema social assente em classes. Progressivamente, uma grelha de classes sociais está a impor-se à tradicional grelha étnica. A original

divisão étnica do trabalho, segundo a qual o sistema colonial tradicional estava organizado, está a transformar-se no sentido de uma economia industrial moderna onde a filiação étnica é cada vez menos importante, ao mesmo tempo que o mérito individual e a qualificação são cada vez mais importantes no novo mercado de trabalho.

A existência de uma ideologia de compromisso reflecte-se na política oficial das Maurícias: é o único país no mundo que é simultaneamente membro de *La Francophonie* e da *New Commonwealth*. O inglês é a língua oficial, os jornais são em francês, e toda a gente fala crioulo. Além do mais, a composição do parlamento é a de um compromisso; através do chamado sistema do “melhor perdedor” qualquer grupo étnico minoritário tem representação parlamentar (os candidatos com mais votos em cada minoria têm lugar garantido no parlamento).

Apesar de colocar maior ênfase na existência de um mapa cognitivo de natureza étnica, através do qual é possível pessoas de diferentes grupos étnicos partilharem um código de comportamento social, Eriksen também reconhece a emergência de um novo mapa cognitivo assente na distinção entre classes sociais e na dicotomia rural/urbano. “A fixação nas cidades faz-se por classes e não pela etnicidade. E quando os dois critérios não são coincidentes, prevalece a classe” (p. 14).

O *kreol* (crioulo), única língua comum entre os diferentes grupos étnicos, funciona como uma cola ou cimento na sociedade mauriciana – às vezes o resultado parece-se mais com uma “*fruit salade*” outras com um “*compote fruit*”. Cada vez mais as pessoas assumem o crioulo como a sua língua-mãe, o que significa que as diferenças e semelhanças socioculturais são agora mais do que nunca negociadas através dessa plataforma comum que é a língua crioula.

Eriksen coloca grande ênfase na ideia de que a etnicidade não é rígida nem definitiva, mas antes flexível, negociável, circunstancial e contextual. “Na Grã-Bretanha, ser mauriciano por oposição a britânico é mais importante do que ser muçulmano por oposição a crioulo ou hindu” (p. 161). O significado e a intensidade da oposição étnica dependem das circunstâncias e dos actores.

Podem dizer-se que este livro de Eriksen é equilibrado na maneira como intercala o discurso analítico do autor com a ilustração etnográfica. A sua posição é claramente a de quem acredita ser possível às sociedades “multiétnicas” viverem com



um elevado grau de paz interna. No entanto, o autor também tem consciência de que essas sociedades não vão durar eternamente, e que casos como o das Ilhas Maurícias terão que encontrar “formas de mudar um contrato social assente numa consciência étnica de denominadores comuns para outro assente em denominadores não étnicos [...], passando de sociedades étnicas a sociedades de classes” (p. 189).

De facto, Eriksen poderia ter ido mais longe na análise das relações entre classe e etnicidade, as quais segundo ele partilham uma fronteira muito difusa. À medida que as Maurícias se ligam mais ao exterior através daquilo que agora se chama globalização e transnacionalização económicas, a grelha semântica de natureza étnica, que funcionou durante o período colonial, é progressivamente substituída por uma ideologia nacionalista responsável pelo emergir da dicotomia semântica “Nós-Eles” (e.g. nós mauricianos-eles estrangeiros) em vez da tradicional “Nós-Vós” (e.g. nós crioulos-vós hindus).

O trabalho de Eriksen, como ele próprio admite, entronca nas ideias da “Escola de Manchester”. Ele usa, da mesma forma que Gluckman, Cohen, Mitchell ou Epstein usaram para descrever as situações “tribais” africanas, casos concretos extraídos do quotidiano social que servem para ilustrar o caleidoscópio da etnicidade mauricianiana.

Definitivamente, um excelente livro sobre as *núances* da identidade social que ninguém interessado nesta questão deve negligenciar.

Luis Batalha

Unidade Científico-Pedagógica de Antropologia do ISCSP

PHILIPPE BOURGOIS

IN SEARCH OF RESPECT: SELLING CRACK IN EL BARRIO

Cambridge, Nova Iorque e Melbourne, Cambridge University Press, 1995.

A produção (e análise) de um texto que tenha como tema a antropologia das substâncias psicoactivas não pode deixar de estar sujeita a dois constrangimentos. O primeiro remete para a própria disciplina e para o facto de as poucas referências às práticas que se organizam em torno destas substâncias serem, nas obras de cariz

monográfico, incluídas na discussão de outros *dossiers* como, por exemplo, o do chamanismo. Se para os terrenos exóticos são raras as investigações que tenham como objecto ou como *locus* principal de observação os usos destes produtos, são mais raras ainda aquelas que, de uma forma ou de outra, se reportem a contextos urbanos contemporâneos. O segundo constrangimento decorre de a grande maioria dos estudos sobre os consumos de drogas – expressão que configura e resulta do discurso que satura o espaço público da nossa existência social – ser remetido para disciplinas como a epidemiologia, a psicologia e a biomedicina. É preciso, portanto, confronto de ideias entre as várias disciplinas.

De qualquer destes pontos de vista, o livro de Bourgois é uma raridade. A etnografia apresentada tem como objecto alguns dos traficantes que trabalham numa casa de jogos, fachada de um local de venda de *crack* no East Harlem de Nova Iorque, sendo por referência a esse lugar que as histórias de vida dos que aí trabalham vão sendo construídas. Residentes no bairro e netos dos primeiros emigrantes porto-riquenhos aí estabelecidos nos anos 40, estes vendedores de *crack* e consumidores de cocaína aparecem-nos como agentes de uma actividade perigosa e exigente para cuja viabilidade são mobilizados os capitais que resultam de uma socialização que integra tanto o *continuum* cultural específico às relações entre porto-riquenhos – que, nos anos 80, representavam metade dos habitantes do “Barrio” – como a história do East Harlem e das diferentes vagas de emigração que o ocuparam e nas quais a marginalização económica, o racismo e a violência constituem, pelo menos desde o século XIX, a sua matriz estrutural.

É precisamente esta perspectiva de análise que configura, em três momentos diferenciados, o diálogo crítico com as abordagens que, neste campo, se tornaram hegemónicas. Cruzando o contexto da vida dos informantes, atravessado pela violência estrutural acima referida, com as consequências do processo dos anos 80 de terciarização da economia nova-iorquina que, a nível do bairro, se repercutiu no desmantelamento da indústria local de vestuário, o autor pretende pôr em evidência a impossibilidade de, como até aí, se reproduzir, no espaço público como no doméstico e por relação ao trabalho físico, um elemento classificatório masculino porto-riquenho – o res-



Recensões

peito. A conclusão, projectada no título, remete a argumentação para um patamar que ultrapassa as categorias dos quadros clínicos psiquiátricos, das teorias da personalidade ou, até, de uma psicopatologia fundada numa aproximação exclusiva às condições de interacção doméstica na primeira infância: no contexto do East Harlem, o itinerário destes *dealers* constitui-se como um processo de adaptação.

Mas é ao nível da excelente etnografia apresentada, resultado duma estadia de quatro anos no terreno, que a discussão progride. É na organização dos dados etnográficos que, por exemplo, vão surgindo os trabalhadores e o proprietário do local de venda, relacionados entre si através de redes de parentesco nas quais consanguinidade e afinidade operam a par das novas possibilidades abertas pela participação no que o autor nomeia como cultura de rua e na qual cada mulher, com um percurso que frequentemente passa pela violação, é, com a incorporação dos filhos que resultam das relações sucessivas com homens diferentes, obrigada a uma constante redefinição do seu grupo doméstico. A copaternidade, que aproxima cada homem dos que o antecederam e dos que se lhe seguem, abre, desta forma, novas possibilidades de manipulação.

A articulação da informação recolhida, permite a Bourgois a construção segura de um argumento que permite não só a circulação da análise por dentro e por fora do bairro mas, também, a detecção das contradições entre as prescrições discursivas proferidas no espaço público e os desejos de alguns dos que participam na chamada cultura de rua. É que todos estes homens, nalgum momento da sua vida adulta, tiveram ocupação no que no texto se refere como economia *mainstream*. O caso do informante principal – a par do chefe da rede que tenta, sem o capital cultural para isso necessário, nomeadamente o que o habilitaria a lidar com as exigências burocráticas, investir num negócio considerado legítimo –, é, a esse título, sugestivo: não só, como os outros, teve esse tipo de ocupação como, para o seu futuro, a deseja. Trata-se da mesma pessoa que participa da violência misógina da cultura de rua mas que, em simultâneo, deseja um tipo ideal de relações domésticas situado nos antípodas das suas práticas. Ou seja, Bourgois não transforma a adaptação numa subcultura desviante no interior da qual o equilíbrio entre representações e práticas seja perfeito.

Este tipo de instrumentos conceptuais não só depositaria a contradição num residuário que tornaria inexplicáveis alguns dos dados empíricos – afinal o informante deseja e consegue um emprego (como segurança...) –, como, ao fazê-lo, e o princípio do livro é uma crítica a isso, contribuiria para reforçar a marginalização e o racismo que o autor denuncia.

Mas a rede não inclui apenas homens. Uma das pessoas cuja história de vida nos é apresentada é, aliás, uma mulher com filhos que vende *crack* e que o faz no turno considerado mais perigoso, o da noite. É através do seu percurso que o autor discute a questão do género, depois de ter articulado a questão dos conflitos, entre redes de tráfico e de cada uma delas com a polícia, com a dimensão política do fenómeno que observa: o uso da violência é analisado no contexto de uma luta de poder pelo espaço público. É o uso que, num dado momento da sua vida, esta mulher faz da violência que, aos olhos dos homens que integram a rede, a torna apta a participar na venda de *crack*. No entanto, este itinerário não nos é apresentado de uma forma tão linear: trata-se de um acto violento, um tiro no marido, cuja explicação a protagonista remete para o idioma dos “nervos” causados pelo facto de o cônjuge manter relações sexuais com a sua irmã. Ou seja, com a prática de um acto de violência cuja origem se prende a um elemento representacional feminino, aos olhos dos seus companheiros de tráfico esta mulher é investida com a característica masculina indispensável ao trabalho na rua, o respeito. Um dos seus novos colegas, por quem entretanto se enamorara e com quem passou a ingerir cocaína – o amor-paixão o autor apresenta-o, no contexto porto-riquenho, como a emoção feminina que permite manter um grupo doméstico formado por uma mulher e pelos filhos dos vários homens com quem, em sucessão, se apaixona e vive – abandona o namoro invocando o facto de ela, nos mesmos termos que os homens, passar a publicitar as suas próprias performances sexuais.

Tratando-se de uma obra publicada em 1995, a qualidade da etnografia apresentada resiste bem ao estado da discussão no contexto teórico que a enquadra, o da relação entre estrutura e agência. Desse ponto de vista ainda hoje se constitui importante para um tema e terreno recentes cuja reflexão carece de uma forte componente empírica. Apresenta, no entanto, alguns pontos negativos aos quais é útil fazer referência.



O primeiro prende-se com o uso de conceitos dicotómicos como os de *mainstream* e *underground*, que têm algum poder descritivo mas que são definidos com limites tão amplos – aplicados ao domínio económico no qual o tráfico se insere, a fronteira entre um e outro é definida por relação à presença ou ausência de impostos – que, enquanto instrumentos analíticos, acabam por não ter qualquer potencial heurístico. O segundo remete para uma questão que nunca aparece resolvida: o início da obra é, em boa parte e numa abordagem próxima da crítica produzida pela economia política à escola de Chicago, ocupado a estabelecer uma relação entre os constrangimentos económicos e políticos, passados e recentes, e um elemento simbólico porto-riquenho, o respeito. Seria assim à luz do contexto da sua produção que a venda de *crack* deveria ser encarada. Mesmo que não se discorde da forma como esta relação é estabelecida, impõe-se uma pergunta: e como ficam as centenas de milhares de porto-riquenhos que, no East Harlem, não participam do tráfico? É que o autor aponta a existência de um sentido de comunidade sem nada dizer sobre a forma como uns e outros se relacionam. Em resumo, ao fazer depender o seu argumento de uma análise que inclui *todos* os porto-riquenhos, Bourgois salta para apenas *alguns* – uma minoria, segundo ele –, sem que nada se fique a saber sobre os que ficam pelo meio.

Luis Almeida Vasconcelos
SPTT
ICS-UL

CARLOS TEIXEIRA
**PORTUGUESES EM TORONTO: UMA
COMUNIDADE EM MUDANÇA**
Direcção Regional das Comunidades, 1999.

EDITE NOIVO
**INSIDE ETHNIC FAMILIES: THREE
GENERATIONS OF PORTUGUESE-CANADIANS**
Montreal & Kingston/Londres/Ithaca,
McGill-Queen's University Press, 1999.

É quase um truismo dizer-se, hoje, que a emigração para o estrangeiro é um dos aspectos marcantes da história da sociedade portuguesa, tendo-se tornado praticamente constante no tempo e

universal no espaço desde o século XV até aos nossos dias.

A partir de 1950, especialmente nas décadas de 60 e 70, o Canadá assumiu-se como um dos destinos preferenciais desses movimentos migratórios, sobretudo dos que têm origem no arquipélago dos Açores. O facto de haver presentemente mais de 250 mil portugueses a residir no Canadá, a maioria dos quais de primeira geração, é, a este título, ilustrativo. Os protagonistas desses movimentos migratórios entretanto adquiriram no meio de acolhimento um elevado grau de institucionalização, fundando, nas principais cidades canadianas, associações e organizações comunitárias de ordem vária, comércio, serviços, negócios próprios, assim como meios de comunicação social que se exprimem em português. Os textos que aqui se recenseiam corroboram-no.

Movendo-se no terreno da geografia humana, Carlos Teixeira examina a mobilidade residencial e a suburbanização da comunidade portuguesa de Toronto, de molde a perceber até que ponto a etnicidade influencia o comportamento de procura e a compra de uma nova residência. Comparando um grupo de recentes compradores de casa em Mississauga (cidade satélite de Toronto) de etnia portuguesa com um outro formado por anglófonos nascidos no Canadá, Teixeira verificou que a procura e a compra de uma nova residência constituem processos etnicamente orientados no caso dos portugueses e não no dos canadianos. Quando procuram casa, os primeiros confiam mais nas fontes étnicas de informação relativamente ao mercado da habitação, entre as quais os familiares, os amigos, os órgãos de comunicação social e os agentes imobiliários do mesmo grupo etnocultural, do que os segundos. A acção desempenhada pelos agentes étnicos de imóveis no processo de realocização é também mais decisiva entre os portugueses do que entre os canadianos, facto que, atendendo aos elevados índices de concentração residencial que a comunidade portuguesa do Canadá continua a apresentar, revela o protagonismo que a indústria imobiliária tem na modelação da geografia social das cidades. No que diz respeito aos compradores, essa relevância da etnicidade interpreta-a o autor como sendo resultante da condição de emigrante e de um conjunto de factores de natureza cultural, como sejam as barreiras linguísticas, o desconhecimento sobre os meandros do mercado de habitação no Canadá, a



Recensões

existência de fortes redes de contacto e de parentesco e a obrigação moral de apoio a outros membros do mesmo grupo étnico. Ainda na perspectiva do autor, é justamente este conjunto de factores que faz com que os agentes de imóveis portugueses, ao contrário dos canadianos, confirmem importância à etnicidade dos seus clientes, trabalhando preferencialmente com indivíduos da mesma origem e com valores e estilos de vida similares.

Baseado numa pesquisa levada a cabo em Montreal, o texto de Edite Noivo, cuja primeira edição data de 1997, é um trabalho de sociologia da família que trata, de um modo “etno-sociológico”, a vida familiar dos emigrantes portugueses e dos seus descendentes, com o intuito de contribuir para o conhecimento sobre a etnicidade e a emigração. Nele se comprova que a emigração é impulsionada pelo desejo de realização de projectos familiares, formulados no contexto de origem, que visam essencialmente a melhoria das condições de vida e a ascensão na hierarquia social, projectos familiares esses cujo desenvolvimento implica a participação concertada de várias gerações – o que é irónico, cruel até, é que os membros da terceira geração não reúnem condições que lhes permitam garantir o sucesso de tais projectos, especialmente pelos seus baixos índices de escolaridade e formação, hipotecando, assim, as realizações dos seus ascendentes. Mostra-se, outrossim, que a baixa condição social, a condição de emigrante e a pertença a um grupo minoritário afectam a vida da população em estudo, provocando, entre outras coisas, o estreitamento das suas relações familiares e a intensificação das relações domésticas. Examinados são também os ideais e as experiências que os homens e as mulheres das três gerações estudadas têm relativamente ao casamento e às relações conjugais. Entre as tendências salientadas nessa análise, cabe destacar as seguintes: se é verdade que os membros da terceira geração pretendem distanciar-se da etnocultura da sua família nuclear, adoptando o modelo canadiano de casamento – modelo este em que as relações entre os géneros e os papéis familiares se encontram menos polarizados –, também urge sublinhar que pretendem fazê-lo com parceiros da mesma origem, isto é, com portugueses. Entretanto, refira-se que este estudo traz à colação a forma como a família, para além de ser um elo privilegiado de ligação entre o indivíduo e a sociedade, é, para muitos indivíduos, o local de interacção entre as suas vidas públicas e privadas.

Estamos pois perante dois textos de manifesto interesse para quem pretenda conhecer melhor a diáspora portuguesa do Canadá e para quem aprecia temas como a etnicidade e a emigração. No que diz respeito à obra de Carlos Teixeira, esse interesse vê-se acrescido pelo facto de ela remeter para um campo que tem vindo a assumir uma relevância particular nas preocupações recentes nas ciências sociais, mas que não foi ainda suficientemente explorado – o dos negócios étnicos (*ethnic business*). As virtudes do livro de Edite Noivo encontram-se ainda na abordagem *emic* e no estudo comparativo de três gerações. Ambos os livros apresentam, no entanto, algumas lacunas. No caso de Carlos Teixeira, neste capítulo, sobressai especialmente um défice de problematização e de discussão teórica da etnicidade, que é particularmente notório para quem está familiarizado com o debate antropológico em torno da identidade étnica e da etnicidade. No contexto em questão, o dos emigrantes portugueses no Canadá, seria, nesta perspectiva, interessante estudar a relação entre a etnicidade e os processos de transnacionalização da “portugalidade”. A obra de Edite Noivo, por sua vez, carece de informação quanto à vida familiar e à relação entre os géneros no país de origem dos emigrantes em estudo (Portugal), o que seria obviado se a autora recorresse aos trabalhos de carácter antropológico ou sociológico sobre o assunto, como os de Miguel Vale de Almeida, Karin Wall e Ana Nunes de Almeida, entre outros.

Lúis Silva

Centro de Estudos de Antropologia Social (ISCTE)

GILBERTO VELHO (ORG.)

ANTROPOLOGIA URBANA: CULTURA
E SOCIEDADE NO BRASIL E EM PORTUGAL
Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1999.

La colección de nueve artículos que componen el libro compilado por Gilberto Velho acercan al lector y confrontan las realidades contemporáneas de las dos ciudades de lusohablantes más emblemáticas: Rio de Janeiro y Lisboa. Una lengua común y una común voluntad analítica sirven de punto de encuentro a diez especialistas en estudios urbanos para penetrar en los complejos entresijos de dos realidades tan diferentes, analizadas “a



partir de sus marcos socio-históricos particulares, sin dejar por ello de verlas también como expresión, producto y productoras de procesos más amplios de dimensión internacional” (Velho 1999: 10).

El antropólogo brasileño Hermano Vianna nos introduce a una Lisboa de ficción autorial, a través de los itinerarios cotidianos recogidos en el diario íntimo de Bernardo Soares, heterónimo de Fernando Pessoa, en su *Libro del desasosiego*. Desconocemos si la actitud del observador lisboeta (“soy un hombre para quien el mundo exterior es una realidad interior”) nos conduce a una identificación del personaje como un etnógrafo de la ciudad. Lo que sí resulta interesante es cómo Vianna conduce un análisis lleno de metáforas, surgido de la confrontación entre las ideas de Simmel sobre la vida metropolitana y las imágenes pessoanas de sus andanzas lisboetas, hacia un debate epistemológico central en el análisis urbano: la capacidad de la mirada antropológica para penetrar en los enigmas de la metrópolis y en las vidas mentales de sus habitantes.

Si la propuesta de Simmel se decanta por la caracterización de los sujetos urbanos como poseedores de una actitud *blasé*, entendida como la incapacidad de los urbanitas por discriminar y abrirse hacia experiencias y estilos de vida diferentes, el subjetivismo crítico de Pessoa se orienta hacia una actitud paradójica y peligrosa a la vez para el sujeto urbano, experimentar la otredad y la extrañeza frente al otro con intensidad e indiferencia. La mirada inquisitiva, que lleva a Bernardo Soares a pensar o imaginar en lo que hay detrás y da sustento a la imagen que recibe de un transeúnte o del vecino sentado a su lado en el tranvía, surge tanto de una actitud de ternura frente al otro, como de una concepción porosa de las fronteras entre lo objetivo y lo subjetivo, entre hombre y ciudad. Una posición incómoda que produce en el observador extrañamiento y que disipa su propia construcción identitaria como pieza del engranaje urbano, pero que sirve para convertir la extrañeza que produce la otredad no en el “odio amargo” simmeliano, sino en simple desasosiego interiorizado. Un desasosiego que cualquier etnógrafo profesional ha interiorizado en alguna de las identidades heterónimas a su condición de antropólogo con un lugar en la academia y en la sociedad.

El sugerente trabajo de Vianna nos da pie a introducir los otros tres artículos del libro que tienen a Lisboa o a alguno de sus barrios como

objeto de reflexión. En todos ellos ocupa un lugar central el proceso de construcción de imaginarios sociales y su confrontación con unas realidades sociales cambiantes. Joaquim Pais de Brito nos proporciona una breve (y densa) historización etnográfica que nos introduce a uno de los emblemas identitarios lisboetas más potentes y omnipresentes, tanto en los imaginarios sociales de la gente común, como en las construcciones identitarias patrimoniales: el *fado*. La aportación más interesante del Prof. Pais de Brito consiste en la recuperación de la historia urbana del fado, el proceso de diálogo constante entre esta emotiva expresión musical y las mudanzas de la ciudad, rescatándola del limbo intemporal en que fue ubicada a través de la mitificación y de la mitificación que supuso su fijación como objeto inventariado de una tradición urbana construida.

Como contrapunto, la antropóloga Teresa Fradique nos introduce al mundo del *rap* y del *hip hop* de los jóvenes suburbanos de las márgenes norte y sur de Lisboa. El movimiento *raper*, lejos de ser un emblema identitario, se constituye como una forma de *cultura fugitiva*, esto es, como el intento juvenil de construcción identitaria y de búsqueda de sentido a las experiencias de una vida cotidiana, marcada por el multiculturalismo y la subalternidad. A través de una etnografía de las sesiones de confrontación performativa de los grupos de *rappers* de las márgenes norte y sur, denominadas *Ataque Verbal live & direct*, celebradas en el bar Johnny Guitar durante varios meses, la autora ubica el contexto de la *escenificación* de las improvisaciones *free-style* entre grupos “rivales”, cuya agresividad formal va dirigida a un público de entendidos, a los que se quiere obligar a “tomar partido”. La línea divisoria entre la confrontación y las expresiones de tolerancia y confraternización se torna débil y casi imperceptible: más que una confrontación territorial, de clase o racial, estos encuentros y desencuentros parecen ser, según la autora, intergeneracionales. Un rasgo importante y paradójico de este movimiento consiste en el carácter itinerante y desterritorializado de sus “puestas en escena”, que parecen contradecir las relaciones de amistad y vecindad en que se fundamentan sus lecturas compartidas de la realidad.

Indiscutiblemente este trabajo, más allá de ofrecernos una visión sugerente de los circuitos y prácticas urbanos de una Lisboa posmoderna, multicultural y poscolonial, nos introduce a un



Recensões

tema central en los análisis culturales: la mercantilización y el consumo de las expresiones identitarias de la cultura popular juvenil. Con diferentes actores y con distintos referentes simbólicos, los itinerarios del *fado* y del *hip hop* tienden a confluir tanto en los despachos de los productores discográficos como en las prensas donde se publicitan los atractivos turísticos de la noche lisboeta. Tal vez un día un *raper* portugués, siguiendo los pasos del brasileño Gabriel o Pensador, llegará a adquirir el perfil de notoriedad ciudadana de un Alfredo Marceneiro, por no decir el de una Amália.

Graça Cordeiro y António Firmino da Costa nos introducen a otro emblema identitario lisboeta, sus *barrios populares*. Considerados por propios y extraños como “microcosmos residuales de vida comunitaria”, los barrios han ocupado un lugar preferente en el dispositivo urbano de Lisboa y de su Câmara Municipal en el proceso de construcción de esa imagen popular, diversa y, a la vez, unitaria, de la ciudad, desde la época del Estado Novo. Pero no todos los barrios populares lisboetas son verdaderamente *barrios populares*. Este marbete corresponde casi en exclusiva a aquellos barrios que exhiben su identidad construida a través de las *marchas populares* que constituyen el centro de las *Fiestas de los santos populares* del mes de junio. Junto a su indudable atractivo turístico, sirven para inducir a la movilización de los vecinos y de sus asociaciones barriales para competir públicamente frente a los otros anualmente, lo que garantiza a las autoridades municipales una forma de control social y una colaboración gratuita en la gestión del patrimonio identitario y cultural urbano. Sin embargo, este conjunto de dispositivos no está exento de disensiones, ya que los propios actores sociales impugnan en su interacción cotidiana y en su elaboración simbólica de la realidad universos significativos que contradicen las imágenes estereotipadas que de los barrios proporcionan agentes externos de una inteligencia local o nacional. El estudio de los barrios de Bica y Alfama muestra cómo, más allá de la reproducción de una sociabilidad que se perpetúa, en las relaciones cotidianas cara a cara, existen lógicas y esferas de intersección más amplias que descansan tanto en redes sociales translocales como en instituciones supralocales que conectan la vida del barrio con ámbitos sociales más amplios.

El otro bloque de cinco artículos constituyen

una pequeña muestra del gran acervo bibliográfico que sobre Rio de Janeiro, siguiendo los pasos del Chicago de los años 20, se ha ido produciendo alrededor de la escuela de etnografía urbana del Museo Nacional de la Universidad Federal de Rio de Janeiro. Se trata de una colaboración en bloque, coherente y articulada, donde se consideran diferentes dimensiones analíticas asociadas a los procesos de construcción social de las imágenes identitarias de la gran urbe carioca, que son fruto de la dialéctica entre la percepción de los propios sujetos sociales de sus propias prácticas sociales y de las construcciones identificadoras construidas por agentes bien diversos, desde antiguos viajeros y cronistas del periodo colonial hasta los actuales mediadores turísticos que llegan a ofrecer una imagen estereotípica de la urbe y de sus gentes.

El Prof. Gilberto Velho abre el libro con un denso artículo que repasa la historia social de Copacabana, adentrándose en el análisis de las interacciones entre transformaciones morfológicas del espacio urbano y los cambios demográficos, socioeconómicos y funcionales, junto a los procesos de construcción identitaria. Las poderosas imágenes de paraíso tropical, cosmopolita y sexualmente desinhibido de este enclave urbano, su centralidad creciente como reclamo turístico, tras haber sido sucesivamente un lugar residencial para las élites y para las capas medias funcionariales, convirtieron Copacabana en un emporio del turismo internacional de gran categoría, que sirvió de reclamo para la instalación de empresas comerciales muy exclusivas. Más tarde, con la llegada del turismo de masas, el crecimiento urbano se hace arrollador y la diversificación social creciente acaba por convertir Copacabana en un lugar peligroso, donde conviven tanto una delincuencia organizada, surgida al amparo del comercio sexual y de la droga, como la violencia de las capas subalternas que pueblan las zonas de favelas adyacentes. Fácilmente podría aplicarse a este proceso centenario aquella máxima que habla de “morir de éxito”.

El breve e incisivo artículo de Maria Luiza Heilborn vuelve sobre el tema de la sexualidad. El argumento principal es que desde una mirada distanciada que compare las costumbres sexuales cariocas, así como las actitudes de seducción y exhibición del cuerpo, con los códigos culturales de una sociedad como la francesa, puede hablarse de una uniforme liberalidad. Pero, al mismo tiempo, desde una mirada más próxima, que indaga en



el interior de la ciudad, son visibles estilos de vida bien diferenciados y códigos culturales en relación al sexo y a las relaciones de género muy diferentes. Como señala la autora, puede hablarse de una geografía del sexo en Río de Janeiro, con un norte pacato, tradicional y poco cosmopolita y un sur marcado por sus famosas playas, la abundante presencia de turistas y unas imágenes de modernidad, riqueza y cosmopolitismo. Es en este sur carioca (Ipanema, Copacabana o Barra de Tijuca) donde existen abundantes “espacios de sociabilidad que reúnen actores en busca de interacciones fundadas en la seducción para fines de intercambio sexual”. Mientras en barrios suburbanos, como Ricardo de Albuquerque, son visibles todavía formas de interacción y cortejo entre jóvenes marcadas por un fuerte control familiar y por una fuerte valoración de la virginidad. Entre las capas medias y profesionales, poseedoras de valores secularizados e individualistas, no se valora la virginidad y se defiende la libertad sexual del individuo y la relación de pareja por encima de las relaciones familiares.

Celso Castro se aproxima a Río de Janeiro desde la perspectiva del turismo, a través de las imágenes de las guías de viajes, folletos turísticos, o *sites* como los de Lonely Planet y Excite, o por medio de las narrativas de viajeros, como el Lévi-Strauss de *Tristes Tropiques* o el Stefan Zweig del *Viaje al Brasil y a Argentina*. Frente a la idea generalizada del carácter estereotipado y masificado de la experiencia turística, Castro opone la tesis de que, si bien la publicidad turística moldea la mirada con que el turista se enfrenta a su experiencia, ésta no es siempre previsible ni estereotipada, sino que es plural, dialéctica y cambiante con el tiempo. Acostumbrados como estamos a imágenes de Río donde se destaca la naturaleza, la alegría de vivir, la sensualidad y esa tríada formada por fútbol, carnaval y playas, resulta chocante la aproximación a la información turística que recibían los turistas de la década de los años 30, donde se destacaban como principales atracciones turísticas la imagen de la naturaleza desde el puerto, los monumentos, plazas y jardines del centro histórico y solamente se mencionaba de pasada el “celebrado balneario de Copacabana”. La artificialidad y la inautenticidad del turismo de masas es la cuestión con la que Castro cierra su reflexión, concluyendo que el itinerario del turista no remite a una realidad falsa o mentirosa, sino que corresponde a un estilo cognitivo que rompe

con el plano de la vida cotidiana.

Myriam Lins de Barros nos introduce a una geografía carioca desconocida por los observadores contemporáneos, forjada a través de la rememoración de la ciudad por parte de sus viejos moradores: espacios, formas de sociabilidad, itinerarios, formas de diversión. En lo esencial el Río de los años 30 y 40 era una ciudad en expansión, que crecía a partir de la llegada de nuevos moradores procedentes de los cuatro puntos cardinales, de Bahía, Recife, Fortaleza, Porto Alegre. Las rememoraciones de la llegada a la gran ciudad se componen de visiones y recuerdos fragmentarios donde se contrastan las experiencias de barrio con las expectativas de estos sujetos inmigrantes, respecto a sus lugares de origen. Casi todos los testimonios recogidos por la Dra. Lins de Barros insisten en el carácter acogedor de los espacios humanos habitados, con “sillas en las calzadas, la solidaridad de la vecindad o el respeto al orden instituido, el conocer el lugar de cada uno en la jerarquía social”. Una experiencia vívida llena de certitudes, de puntos de referencia sólidos y de complicidad, que contrasta con la violencia callejera y el miedo frente a una ciudad que se ha vuelto hostil y con la que, en general, no se identifican. Existe una clara relación metonímica entre las historias de vida de los sujetos y las transformaciones de los lugares e itinerarios más frecuentados por cada actor social carioca, por un lado, y la mutación social y relacional que ha experimentado la ciudad como un todo, por otro.

Karina Kuschnir insiste en las correlaciones entre diferencias culturales y espaciales en la realidad carioca, a propósito de las elecciones municipales del día 3 de octubre de 1996. Esas mismas diferencias entre el norte y el sur de la ciudad, que aparecían como elemento interpretativo central en el trabajo sobre actitudes sexuales de Heilbron, son decisivas también en la contienda política para definir los mensajes que los candidatos pueden transmitir a sus electores. El análisis se centra en las dificultades que una candidata a *vereadora*, Marta Silveira, cuyo nicho electoral son los suburbios y la Zona Norte de la ciudad, experimenta a pocos días de las elecciones cuando en su propio barrio debe dar explicaciones a sus convecinos por las declaraciones del candidato a prefecto que ella apoyaba sobre la defensa del aborto y el matrimonio entre homosexuales. Al mismo tiempo, otro candidato a *vereador*, Ricardo Alves, identificado como un político de la Zona



Sur, no experimentaba tales sobresaltos y nadie le pedía explicaciones por defender en su programa esas mismas medidas. Las reflexiones de Kuschner se orientan a destacar la intensa relación existente entre la “forma próxima” de hacer política que la vereadora de suburbio desarrolla en el barrio del Roseiral y aledaños y los vínculos vecinales basados en unos valores culturales compartidos y una fuerte sociabilidad. La metrópolis como espacio referencial, progresista y cosmopolita, no abarca simbólicamente esos pequeños universos sociales y morales que, sin embargo, existen como una extensión de formas “comunitarias” de organización social, que se abstraen a una rígida concepción de los postulados simmelianos.

Estamos, pues, frente a un corpus de estudios urbanos que plasma tanto las discontinuidades como las continuidades entre dos realidades metropolitanas con historias y procesos sociales bien delimitados y, también, entre dos tradiciones y sensibilidades en la lectura e interpretación antropológica. Pero no se trata, en este caso, de una mera yuxtaposición de ensayos, sino que existe una clara voluntad de aproximación, de encuentro, de diálogo entre perspectivas y entre tradiciones académicas específicas. La dosis de intertextualidad y de empatía mutua que destilan los textos aquí reseñados nos dejan entrever un prometedor futuro en ese nuevo “eje” carioca-lisboeta de estudios urbanos.

Joan Pujadas

Departamento de Antropologia Social
da Universitat Rovira i Virgili (Tarragona)

MIGUEL CHAVES

**CASAL VENTOSO: DA GANDAIA AO
NARCOTRÁFICO. MARGINALIDADE
ECONÓMICA E DOMINAÇÃO SIMBÓLICA
EM LISBOA**

Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 1999.

Casal Ventoso: da Gandaia ao Narcotráfico vem tornar finalmente acessível, numa versão revista e acabada, a dissertação de mestrado de Miguel Chaves, apresentada no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa em finais de 1996.

Com efeito, estamos perante uma obra que se junta ao trabalho realizado no Porto pelo

psicólogo Luís Fernandes (*O Sítio das Drogas*, Lisboa, Ed. Notícias, 1998), quebrando parcialmente um estranho silêncio da investigação etnográfica em Portugal: aquele que se tem verificado em relação aos contextos das “drogas” (em particular das “drogas” ilícitas). Se a questão da “droga” – bem como dos territórios urbanos a ela associados e das consequências (objectivas ou subjectivas) da sua presença nas cidades – tem adquirido uma visibilidade pública e um estatuto de “problema social” ímpares, o debate em seu torno pouco tem contado com a participação de antropólogos ou de investigadores próximos das metodologias antropológicas. Ora, ambas as obras demonstram, à sociedade, a riqueza potencial de tal participação. Miguel Chaves não se escusa, aliás, a definir como parte do seu problema sociológico algumas questões de manifesto interesse social, sendo que o texto termina precisamente com uma breve reflexão acerca das possíveis ilacções a tirar para eventuais intervenções. Para além desta relevância social ou política, é a própria investigação científica portuguesa que beneficia do alargamento temático dos seus interesses a esta área.

Outros motivos existem ainda para nos congratularmos com a presente edição, estes mais estritamente científicos. Esta é, de facto, uma etnografia de grande profundidade, quer pela completa integração histórica e socioeconómica do contexto em causa, quer pela evidente sensibilidade etnográfica do investigador, quer ainda pela qualidade teórica da análise e dos argumentos produzidos.

O autor começa por nos conduzir através de um percurso pela história urbana contemporânea de Lisboa, situando-nos nas condições em que se deu a emergência do Casal Ventoso como espaço habitado, a partir do séc. XIX. Para além de documentação de natureza diversa, encontramos desde logo com informação do domínio da história oral, pela utilização das memórias pessoais e familiares dos actuais habitantes. Os resultados produzidos aqui por esta metodologia, no confronto crítico entre fontes publicadas e testemunhos orais, formam uma primeira demonstração de que estamos perante uma atitude teórica particularmente frutuosa. De facto, a análise histórica do nascimento do bairro e das dinâmicas de criação de um conjunto não homogéneo de experiências de vida e de (auto)representações, assim



como das atitudes e olhares que, de fora, se foram projectando sobre o Casal Ventoso, põe já de lado qualquer concepção essencialista ou exotizante deste contexto de marginalização urbana.

Na sequência, Miguel Chaves procura a definição daquilo que designa por *estilos de vida* diferenciados dentro do bairro, anteriores ao surgimento do narcotráfico como actividade determinante. É a partir daí que se analisam os processos de penetração daquela actividade entre os habitantes do Casal Ventoso (nem sempre lineares), assim como as alterações por ela introduzidas tanto no conjunto da vida do bairro como nas formas de diferenciação internas (que se processam entre famílias ou entre indivíduos). É então definida a nova *estrutura de oportunidades ilegais* que se oferece naquele contexto desde a década de 80.

O autor enfrenta em seguida duas grandes tarefas. Por um lado, encontrar os modos que possibilitam a actividade de venda dentro de níveis de segurança razoáveis para aqueles que a praticam, face à sua natureza ilegal e portanto sujeita a repressão policial e face também ao valor de condenação do narcotráfico, tão presente dentro do Casal Ventoso como na sociedade em geral (sendo esta a primeira grande “descoberta” do texto em análise). Em segundo lugar, compreender como gerem os traficantes a contradição entre aquele valor de condenação e as suas próprias práticas ou, posto de outra forma, como é que pessoas que condenam o tráfico equacionam a possibilidade efectiva de o praticar, ou de serem pelo menos com ele coniventes.

A resposta, longe de trabalhar sobre uma noção de comunidade fechada ou de um corpo de valores alternativos àqueles dominantes na sociedade, desenvolve-se em torno de uma concepção integrada, negociada e processual da construção da comunidade. Não estaremos portanto perante uma qualquer subcultura (ou contracultura?) delinvente, estável, determinista e isolada em relação ao resto da cidade ou do país. Pelo contrário, o que encontramos nesta obra é uma comunidade que se constrói através das suas práticas, tomando em conta a estrutura de oportunidades atrás referida, a sua própria posição de estigmatização e marginalidade relativa (estabelecida historicamente, tanto ao nível económico como simbólico) e fazendo recurso do conjunto de valores disponível na sociedade portuguesa. Estes valores, que não são permanentes nem sempre coerentes ou unívocos, são mobilizados e hierar-

quizados pela comunidade no seu conjunto, produzindo formas eficazes de actualização simbólica e de protecção funcional. Para além disso, é no mesmo quadro que cada pessoa e cada família gerem o seu próprio capital material e simbólico, negociando posições dentro do bairro e em relação à sociedade envolvente, o que resulta na presença de um conjunto de opções e estratégias diversificadas, por vezes contraditórias ou mesmo conflituais (inclusive, face ao tráfico). A venda de droga surge portanto como uma actividade que, sendo ilegal e marginalizante (e entendida como tal pelos que a praticam), se constitui no entanto para esta população, e paradoxalmente, como uma oportunidade única para atingir os valores e formas de vida preconizados pela sociedade envolvente.

O resultado é uma imagem etnográfica complexa do contexto específico do Casal Ventoso e uma elaboração teórica criativa em torno de questões como a dominação e a marginalidade (legal, económica e simbólica), a construção de comunidades urbanas e as noções de pessoa e identidade. O texto, sem lhes dar maior relevância enquanto tal, inclui ainda sugestões importantes para a compreensão do papel que, neste tipo de situações e comunidades marginalizadas e economicamente precarizadas, adquirem elementos tão clássicos como o género, a família, a vizinhança e o trabalho, e outros mais recentes, como as práticas e valores juvenis e a gestão do risco e do aleatório. Embora o autor não se aventure por aí, seria interessante comparar os efeitos produzidos pela actividade do narcotráfico com os que surgem no contexto de outras actividades económicas marcadas pela instabilidade e pela dominação simbólica.

Sendo impossível dar aqui conta cabal da sofisticada descrição etnográfica das dinâmicas apontadas, importa referir que ela é feita sobretudo através do enfoque num tipo particular de situação dentro do quotidiano do tráfico: o *dar à fuga*, processo de defesa colectiva face às situações concretas de ameaça policial, mas também momento de criação e afirmação das hierarquias de valores que possibilitam moralmente o tráfico, tal como mecanismo de reforço de posições simbólicas individuais dentro do bairro. Para além de tudo o que atrás ficou dito, a densidade e riqueza das descrições, fazendo jus à tradição etnográfica fundada em Gluckman e Turner, transforma a presente obra num momento importante da antropologia portuguesa.

Inês Meneses

ICS-UL

Centro de Estudos de Antropologia Social (ISCTE)